PROJETO MARAJÓ RESILIENTE

1ª Memoria da Reunião Ordinária do Comitê Estratégico do Projeto Marajó Resiliente.

Dia 11 de abril de 2024.

(Modo Virtual)

Iniciou-se às 11h do dia 11 de abril de 2024, por videoconferência, a 1ª Reunião do Comitê Estratégico (C.E.) do Projeto Marajó Resiliente. Estavam presentes: Juliana Strobel (Representante para a Pan-Amazônia/Fundação Avina); Álvaro Carrara (Coordenador Técnico do Projeto Marajó Resiliente); Denis Conrado (Coordenador de Monitoramento e Avaliação/Fundação Avina); Lanna Peixoto (Coordenadora de Gênero e Diversidades/Fundação Avina); Valmir Gabriel Ortega (Belterra); Danielle Miranda (Conexsus); Lívia Farias Ferreira de Oliveira (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF); Flávio Daniel Baran (SAIN/MF); Allan Kardec Moreira Milhomens (Coordenador Geral de Agroecologia do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural da Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - DGAR/SNPCT/MMA); Luciano Mattos (Programa Florestas Produtivas do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA); Katharina de Lourdes Costa Meneses (Secretaria Executiva do Ministério da Igualdade Racial/MIR); Priscila Ribeiro da Cruz (Coordenadora Diretoria de Políticas para Quilombolas, Ciganos e Povos de Terreiro/MIR); Luiz Felipe Jesus de Barros (Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do MIR); Pedro de Lemos MacDowell (Coordenador de Divisão de Evidências - Ministério de Direitos Humano e Cidadania/MDHC); Adriana de Fátima Rodrigues Lustosa da Costa (Secretaria Nacional de Bioeconomia/Ministério do Meio Ambiente); Brenda Hachem (Assessora de Gabinete Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará-SEMAS/PA); Diana da Silva Castro (SEMAS/PA); Adriana Maués (SEMAS/PA); Eloisa Maria Oliveira de Sousa (Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo-MALUNGU/PA); Lailton Rodrigues (Coordenador de Projetos-MALUNGU/PA); Arthur Reis Rimoldi (Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF-MDA). A sessão foi aberta por Juliana Strobel, que deu boas-vindas aos participantes e apresentou a Fundação Avina, instituição acreditada há seis anos, sendo um longo processo junto ao Fundo Verde do Clima (GCF). Destacou que a Fundação Avina teve alguns trabalhos já realizados com

alguns países como Peru, Paraguai, Argentina e Equador, em projetos voltados para a preparação dos países para utilizarem esses recursos dentro de uma política climática, alinhada com a política do próprio país. Salientou que esses recursos internacionais como do GCF, vem de governos e são direcionados a países que desenvolvem projetos de adaptação e mitigação climática. E que por isso quando se diz que a Fundação Avina está acreditada a acessar esse fundo, isto se dá com estreito relacionamento com o próprio país, sendo que no caso do Brasil, a Autoridade Nacional Designada para tratar com temas do GCF é o Ministério da Fazenda através da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), com quem a Fundação Avina tem mantido relacionamento desde o início da proposição desse projeto. Juliana destacou ainda que a ideia dessa primeira reunião é uma primeira conversa junto ao Comitê Estratégico para alinhamentos e a partir disso ter a cada 6 meses um encontro virtual para atualizar sobre o projeto para esse público. Em seguida foi repassada a fala para Lívia Oliveira (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF), que manifestou o prazer de participar dessa primeira reunião do Comitê, informou que a SAIN/MF acompanhou esse longo processo e que apesar de não estar desde o início, acompanhou a parte mais emocionante que foi, ao final, a aprovação desse projeto. Lívia relatou ainda que o acesso a esses recursos é um processo bem complexo, demanda várias etapas, um grande esforço, resistência e parabeniza os colegas da Fundação Avina que cuidaram de superar essas etapas, sendo que o MF atuou como facilitador desse processo de acesso a esses recursos, sendo essa uma das partes mais prazerosas no trabalho que é poder ver o resultado dos esforços acontecendo e mobilizando pessoas realmente na base e promovendo melhorias na qualidade de vida, no meio ambiente e dos nossos recursos naturais. Livia destacou ainda o Projeto Marajó Resiliente, dentre os projetos da carteira do MF junto ao GCF, porque consegue perceber esse engajamento e esse efeito concreto em uma região específica, com indicadores, com resultados que terão muito a mostrar, inclusive com todo esse protagonismo no mundo do clima e do meio ambiente que o Brasil agora está ocupando. Livia justificou que não poderá permanecer até o final da reunião, desejou um excelente trabalho e parabenizou novamente a Fundação Avina e todos os envolvidos, os colegas dos ministérios, das comunidades e todos que contribuíram para esse projeto. A palavra foi repassada para Álvaro Carrara que fez a apresentação do Projeto destacando a contribuição ao fortalecimento do conhecimento ecológico local, promovendo práticas e iniciativas sustentáveis na região em relação a adaptação às mudanças climáticas; processo de diálogo junto às instituições governamentais, de ensino, pesquisa e sociedade civil, em especial as comunidades locais quilombolas e da agricultura familiar, no processo de elaboração e construção do projeto. Apresentou os resultados esperados do projeto: 1. Melhoria do manejo da terra através da implementação de 800 há de Sistemas Agroflorestais (SAF) diversificados; 2. Proporcionar um ambiente local favorável à implementação e escalamento de SAF; 3. Diversificação da renda, melhoria do acesso a crédito e

mercado. Destacou os impactos previstos pelo projeto sendo eles: 74.499 beneficiários diretos dos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, sendo no mínimo, 49,6% mulheres; 17 comunidades quilombolas envolvidas; 800 há de sistemas agroflorestais diversificados; valor total do projeto de US$ 9,8 milhões; e período de implementação de 5 anos. Seguiu apresentando a estrutura de implementação do projeto, desde o Fundo Verde para o Clima (GCF), passando pelo Autoridade Nacional Designada, no caso do Brasil o Ministério da Fazenda, tendo a Fundação Avina como agência acreditada junto ao GCF e executora do Projeto Marajó Resiliente em parceria com o Instituto Belterra de Agroflorestas e Instituto Conexsus – Conexões Sustentáveis. Tendo como participantes e beneficiários do projeto os municípios, famílias, associações e organizações de produção local. O arranjo institucional procura garantir a implementação adequada do projeto e proporcionar a sustentabilidade dos resultados, incluindo dois órgãos de governança coletiva, a fim de promover a inclusão, a participação e o envolvimento local na implementação do projeto: o Comitê Estratégico (CE) e o Comitê Consultivo Local (CCL). O Comitê Estratégico será um espaço para compartilhamento de informações do projeto; fornece orientações diante de eventuais riscos e desafios associados à implementação do projeto. Participarão do Comitê Estratégico representantes da Autoridade Nacional Designada, Fundação Avina, Instituto Belterra e Instituto Conexsus, representantes dos Ministérios e órgãos de governo, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA); representantes dos poderes municipais e representantes de Organização Estadual Quilombola. O Comitê Consultivo Local aconselhará sobre a implementação do projeto articulação com políticas e processos relevantes, identificação e mitigação de riscos, estratégias de sustentabilidade e escalabilidade, entre outros temas a serem definidos em diretrizes de governança que estão em construção. Funcionará como um espaço para reunir as partes interessadas locais, proporcionando um alinhamento contínuo e servindo como uma oportunidade para expressar e discutir questões e contextos locais que podem afetar ou ser afetados pela implementação do projeto. O Comitê Consultivo Local inclui uma Sala de Situação de Gênero e uma Sala de Situação Quilombola, onde essas questões serão monitoradas para a melhoria contínua das estratégias do projeto. Incluirá representantes da Fundação Avina, a consultora de gênero do projeto, beneficiários, representantes das autoridades municipais, Organização Estadual Quilombola, organizações de assistência técnica e de meio ambiente, organizações quilombolas e de agricultores familiares. Após a apresentação do projeto a palavra foi aberta aos participantes. Valmir Ortega destacou a satisfação em fazer parte desse consórcio, que a Belterra é uma organização de impacto socioambiental focada na implementação de sistemas agroflorestais em diversos estados e biomas brasileiros, atuando em Rondônia, Pará, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e indo agora para o semiárido, no sul do Piauí. A iniciativa no Marajó nasce nesse arranjo com a Fundação Avina, tendo o desafio de pensar modelos que estejam orientados para a adaptação

climática, voltados para a produção de alimentos e que estejam alinhados ao conhecimento tradicional das populações locais. Constituindo assim em um grande aprendizado interagir com o território e aprender bastante com os parceiros. Danielle Miranda apresentou a atuação da ConexSus no Marajó, ressaltou os diferentes estágios de desenvolvimento das organizações do território e os esforços para o fortalecimento da renda e acesso aos mercados. Disse ainda que a ConexSus irá apoiar as organizações e as famílias que fazem parte dessas organizações, fortalecendo e desenvolvendo as áreas produtivas para que os produtos cheguem até aos mercados. Em seguida Luiz Felipe solicitou esclarecimentos sobre a necessidade de formalização e prazos pela pasta junto ao Comitê Estratégico, sendo esclarecido por Juliana que pode haver mudanças a qualquer momento, porém, a importância da indicação do representante é para manter contatos, enviar links e pautas de reuniões, atas, entre outros. Esclareceu também que, sendo a reunião no modo virtual, pode participar os dois representantes e que não tem um limite de data para informar os nomes, mas solicitou o repasse de informações o quanto antes para atualização da lista de contatos, sendo que a próxima reunião ocorrerá em setembro de 2024. Luiz Felipe agradeceu a resposta e disse que irá debater no âmbito da Secretaria Executiva do MIR sobre como ficará a participação e indicação dos representantes titulares e suplentes para o comitê. Denis Conrado complementou dizendo que terá uma agenda e informes para ser compartilhado com o Comitê Estratégico, até que toda a estrutura do comitê esteja completa. Em seguida Adriana Costa quis entender sobre o papel das instituições no Comitê e se terá um ato formal de instituição do Comitê Estratégico. Em resposta Juliana esclareceu que o comitê é uma instância para troca de informações e atualizações sobre o projeto, acompanhada pela Autoridade Nacional Designada, desempenhando o papel que ela exerce. Esclareceu também que os convites aos Ministérios foram feitos por afinidade com o tema do projeto. E por isso foram convidados ministérios que tem interesse em acompanhar e sugerir sinergias, principalmente a partir de ações que já existem dentro das suas atuações para que com isso o projeto tenha mais chance não só de sucesso mas que faça escalonamento, uma sinergia de atuações como é o caso do Programa Cidadania Marajó, coordenado pelo Ministério de Direitos Humano e Cidadania, com quem a Fundação Avina está assinando um Acordo de Cooperação Técnica por ver muito desse alinhamento. Juliana destacou ainda que verifica no caso do Ministério do Meio Ambiente sinergias através da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais, por envolver comunidades quilombolas, ribeirinhos, agricultura familiar, extrativistas, além de possibilidades de sinergias com a Secretaria de Mudanças Climáticas, porque esse é o primeiro projeto de adaptação climática exclusivo para o Brasil que o GCF aprovou. E no caso da bioeconomia pela questão do mercado dos produtos agroflorestais que será fomentado na região. Ressaltou também que cada ministério ou secretaria pode identificar o interesse em acompanhar, pois o que se quer é abrir a oportunidade de acompanhamento uma vez que é um projeto de

recurso de financiamento internacional acontecendo em território brasileiro. E que da parte da Avina há muito interesse em sinergia de modo a ter modelos, exemplos e oportunidades de escalonamento para outros municípios e outras regiões, sendo que muitas vezes são os ministérios que tem esse olhar dessas oportunidades que podem surgir, concluiu Juliana. A palavra foi repassada para Denis Monteiro que destacou a importância de ter esse alinhamento do papel das organizações, secretarias e ministérios e a importância dos comitês dentro da governança do projeto como espaços de transparência para as organizações e o poder público, acompanhando o que de fato está sendo feito e como está sendo realizado as atividades como um todo. Na sequência Juliana complementou a apresentação do projeto destacando também o papel do Comitê Consultivo Local onde as reuniões serão presenciais, quatro vezes ao ano, com as pessoas e partes interessadas da região e a ideia é que principalmente a comunidade local tenha um espaço de entender o que é esse projeto. Sendo que o Comitê Consultivo Local tem o caráter de apoiar a tomada de decisões sobre o projeto por serem quem realmente conhecem o território. Allan Kardec manifestou que o projeto tem enormes desafios e um dos principais é a demanda de articulação com governo federal e estadual, dado o contexto do desenvolvimento na região, mas que olhando para a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais do MMA, existem ações no território do Marajó nos três municípios, citando prioritariamente o Bolsa Verde, que será seguido de uma etapa de assistência técnica socioambiental, visualizando aí as interfaces com o projeto Marajó Resiliente. Ressaltou o papel importante, mas limitado no contexto da adaptação e do desenvolvimento e que outras políticas públicas vão precisar estar integradas no território para alavancar os êxitos desses processos e projetos, incluindo a melhoria no acesso ao crédito. Alan Kardec se coloca à disposição do projeto, como indicado da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais do MMA e apresenta também a ideia de realizar um mapeamento nacional de projetos de adaptação climática no Brasil, que possa alavancar a resiliência das populações locais mais vulneráveis. Luciano Matos, da coordenação do Programa Florestas Produtivas do MDA, destacou que terão um projeto inaugural em 20 assentamentos do Estado do Pará. Já na Reserva Extrativista Marinha de Soure, o governo irá trabalhar a partir do meio do ano para fomentar ações de segurança alimentar em Soure, a partir dos produtos dos quintais e pescados, com envolvimento e participação das mulheres. Sugeriu integrar essas ações junto ao Projeto Marajó Resiliente e que irão fazer uma atualização cadastral dos beneficiários, sendo que um dos motivos para essa atualização cadastral é permitir que as pessoas tenham acesso às políticas públicas, podendo contar também com apoio e serviço de acompanhamento técnico durante dois anos a partir de organizações da sociedade civil credenciadas junto à ANATER. Afirmou também que, através da Secretaria de Agricultura Familiar/MDA, estão em uma força tarefa de qualificar o PRONAF para projetos voltados e mais adequados às demandas e necessidades para agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Em seguida

a palavra foi repassada para Danielle Miranda que enfatizou o trabalho dos ativadores de crédito que integram a ConexSus, realizando um direcionamento e acompanhamento sistemático junto às famílias. Por fim, Denis Conrado informou que a Fundação Avina sistematizará e enviará aos participantes a ATA da reunião, que será proposto novas agendas, avançando na estruturação dos comitês e agradeceu a presença de todos e todas, destacando o momento importante que a Ilha do Marajó e o Brasil estão vivenciando e que juntos é possível contribuir ainda mais. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião às 12h08 e eu, Álvaro Alves Carrara, redigi a presente memória da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico do Projeto Marajó Resiliente, que será lida e aprovada pelos membros representantes do Comitê Estratégico em sua próxima reunião.

Comitê Estratégico do Projeto Marajó Resiliente.

Soure, 11 de abril de 2024.